

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sediada na capital do Ceará, sob código de negociação PGMN3.

A Companhia tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, realizando suas vendas por meio de 1.165 lojas (1.105 em 31 de dezembro de 2020), distribuídas em todos os Estados da Federação, conforme abaixo. As lojas são abastecidas por cinco centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais.

Transação com a Extrafarma

Em 18 de maio de 2021, através de Fato Relevante, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição de até 100% do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., detentora das operações da “Extrafarma”. Esta operação ainda aguarda a autorização do CADE, além de outras condições precedentes para ser concluída. Dessa forma, não há nenhum impacto contábil a ser considerado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos técnicos Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC’s do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e certos passivos financeiros, os quais foram mensurados a valor justo. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas de créditos esperadas, perdas esperadas nos estoques, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos ativos, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, determinação da taxa incremental dos arrendamentos, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados no decorrer da Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de março de 2022.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis foram considerados os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19, conforme descrito abaixo:

Análise dos efeitos da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o “novo corona vírus” (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa, os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações contábeis e informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram de forma sistemática as seguintes situações:

- i) Interrupção na cadeia de suprimentos, exceto pela falta de produtos cujo a demanda nesse momento é superior a capacidade de produção dos fornecedores;
- ii) Redução significativa de receita, devido à queda na demanda de clientes no mercado interno;
- iii) Inadimplência financeira por parte da Companhia ou seus devedores;
- iv) Rebaixamentos de crédito, que poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de acessar financiamento adequado.

A seguir estão detalhadas as avaliações e conclusões sobre os impactos da pandemia no que tange as principais transações da Companhia.

Recuperabilidade de ativos financeiros

Conforme divulgado na Nota 25 – Instrumentos financeiros, a Companhia está sujeita ao risco de crédito para seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos financeiros derivativos.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos ativos, no montante de R\$ 662.760 em 31 de dezembro de 2021. Tais ativos são mantidos em instituições financeiras sólidas nas quais, embora no atual cenário haja possibilidade de aumento da inadimplência de seus clientes, não existem indicativos de aumento significativo do risco de crédito dessas contrapartes. Adicionalmente, vale ressaltar que o Banco Central implementou diversas medidas para aumentar a liquidez das instituições financeiras, de forma que nenhuma perda é esperada em função da pandemia.

Contas a receber de clientes (perdas de créditos esperadas)

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é mitigado pelo fato de que 32% das vendas da Companhia são realizadas em dinheiro a vista e 68% por meio de cartões de crédito e débito. As operações são extremamente pulverizadas. As operações estão concentradas em grandes operadoras de cartão de crédito, normalmente vinculadas à sólidas instituições financeiras. Do total a receber das administradoras de cartão de crédito, 94% do saldo corresponde as operadoras Getnet, cujo acionista é o Banco Santander e Cielo (cujos acionistas são Banco do Brasil e Banco Bradesco), dessa forma, a Companhia considera o risco de inadimplência das administradoras de cartões de crédito extremamente baixo e que os efeitos da pandemia sobre tais contrapartes não são significativos, dessa forma

nenhuma perda adicional é esperada.

Recuperabilidade de ativos não financeiros

Estoques

Considerando que a Companhia possui como atividade principal a venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, entre outros produtos de saúde, as operações da Companhia foram consideradas pelas autoridades públicas como essenciais, sendo autorizado a abertura e funcionamento normal das suas lojas.

No decorrer do exercício de 2021, 26 lojas localizadas em centros comerciais e Shopping Centers sofreram restrição e foram fechadas temporariamente, representando apenas 2,2% do total, entretanto a Companhia não possui lojas paralisadas atualmente.

Assim como as lojas, os centros de distribuição e transportadores foram autorizados a funcionar normalmente, mediante a adoção de medidas de contenção da proliferação do vírus. Os pedidos de compra junto aos fornecedores não foram comprometidos e continuaram sendo entregues normalmente, não ocorrendo interrupção da cadeia de suprimentos. Após o surgimento dos primeiros casos e confirmação dos primeiros óbitos por COVID-19, a demanda por produtos relacionados a saúde, bem como higiene pessoal, apresentou crescimento significativo, inclusive em valores relativos superiores aos observados antes da pandemia. Dessa forma, a Companhia verificou que os riscos de realização dos estoques por um valor inferior ao valor realizável líquido já estão contemplados dentro das estimativas atuais de perdas e não se espera perdas adicionais em função da pandemia.

Imobilizado e intangível

Conforme informado anteriormente, as operações da Companhia não sofreram interrupção generalizada, de forma que, hoje, todas as lojas estão operando normalmente. A Companhia monitora individualmente a capacidade de geração futura de fluxos de caixa de cada loja, de forma a identificar tempestivamente casos em que os fluxos de caixa descontados a valor presente sejam inferiores ao investimento realizado. A Administração revisou as principais estimativas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos ativos (inflação, taxa de crescimento, capex, taxa de desconto, entre outras), porém não foi identificada a necessidade de constituição de provisões adicionais, além daquelas já reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Tributos diferidos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou as principais estimativas utilizadas nas projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos sobre o lucro, considerando os eventuais impactos da COVID-19 nos negócios, e não foi identificada a necessidade de redução dos saldos já reconhecidos nestas demonstrações contábeis.

Mensuração de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

Conforme já comentado, não houve fechamento generalizado de lojas e, em 31 de dezembro de 2021, não há lojas fechadas em função das restrições causadas pela pandemia da Covid-19. Considerando o número reduzido de contratos em negociação e baixa possibilidade de rescisão de tais contratos, não foram observados efeitos significativos sobre os passivos de arrendamento em função da pandemia do COVID-19.

Mensuração do valor justo

A Companhia mantém contratos derivativos de swap para a proteção contra a exposição cambial de dívidas denominadas em moeda estrangeira. Essas operações são mensuradas a valor justo por meio do resultado. Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações, de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições, consideramos que a COVID-19 não produz impactos sobre a mensuração a valor justo de nossas operações.

Provisões e passivos contingentes

A Companhia avaliou a natureza das provisões e passivos contingentes e constatou que a COVID-19 não produziu impactos sobre a mensuração contábil de tais transações.

Reconhecimento de receita

A Administração avaliou os critérios de reconhecimento de receitas da Companhia, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outras obrigações de desempenho assumidas com os clientes e constatou que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento das receitas da Companhia.

Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros

A Companhia continua atendendo a todos os indicadores financeiros e não financeiros, definidos em seus contratos de empréstimos, ocorrendo inclusive melhora de tais indicadores. Em 05 de novembro de 2021, o rating da dívida da Companhia foi reavaliado pela Fitch Ratings e a nota foi elevada para 'A+(bra)', com perspectiva Positiva. A Companhia está comprometida com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional. Não foram realizados desligamentos de funcionários fora do curso normal das operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de

principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (instrumentos de dívida) é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e as aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, passivos de arrendamento, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado, além de instrumentos financeiros derivativos ao valor justo pelo resultado. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* para registrar e mensurar seus instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios da NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira foram designados ao valor justo para eliminar o descasamento contábil entre as mensurações dos passivos sujeitos a variação nas taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos de proteção (swaps).

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores (incluindo as operações de risco sacado), passivos de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado.

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Provisão para perdas de estoques

A Companhia reconhece uma provisão para perdas dos estoques sempre o valor realizável líquido for inferior ao valor contábil. Essa avaliação leva em consideração produtos com baixo giro, avariados e vencidos.

Adicionalmente, uma provisão para perdas com ajustes de inventário é reconhecida em função da programação de inventários em cada loja ou centro de distribuição. Essa estimativa é calculada com base no percentual histórico de diferenças identificadas nos inventários físicos anteriores.

e) Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais em que determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

- i. descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios: Trata-se de benefícios concedidos pelos fornecedores da Companhia ao consumidor final que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor da Companhia, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente da Companhia, é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido. Para transações dessa natureza, a Companhia reconhece o desconto como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.
- ii. verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – Trata-se de programas de venda da Companhia planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda da Companhia. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento à Companhia a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras da Companhia em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização da mercadoria associada à promoção), a Companhia reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

Nos casos acima, trata-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

f) Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

g) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações contábeis.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na Nota 15.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3(j).

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de

reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

A Companhia não atua em contratos de arrendamento na condição de arrendadora.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o

aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Benefícios a empregados

Programa de participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

Acordos de pagamento baseado em ações (Restricted Share Units)

Parte dos benefícios voltados aos executivos da Companhia, incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio, uma vez que o programa foi desenhado e prevê os pagamentos em ações restritas da Companhia.

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

k) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é

mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

I) Reconhecimento de receita

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: (i) Identificação de um contrato com o cliente; (ii) Determinação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação; e (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de auto atendimento)

As receitas da Companhia advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de auto atendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc.) para o consumidor final. Tratando-se de uma rede varejista de medicamentos em que o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários da Companhia ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo a NBC TG 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais nos quais determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

Assim como nas operações de varejo físico, as operações realizadas via comércio eletrônico só são reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas (transferência de controle). Como atuamos no modelo *ship from store*, em nosso comércio eletrônico, o tempo de entrega nos pedidos é bastante reduzido.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Componente significativo de financiamento

De acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

m) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Custo de transação na emissão de títulos

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

p) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

r) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Deliberação CVM nº 854/2020

A deliberação nº CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia avaliou a referida Deliberação e não identificou impactos sobre estas demonstrações contábeis.

Deliberação CVM nº 859/2020

Em 7 de julho de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (correlato a NBC TG 06 (R3)). O presente documento autoriza a adoção do expediente prático que consiste em o arrendatário optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento, sendo qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento, contabilizada como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Esta opção aplica-se apenas aos benefícios concedidos em contrato de arrendamentos que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- a. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e
- c. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

A Companhia adotou o expediente prático acima descrito por atender a todas as condições requeridas pelo pronunciamento e os efeitos relacionados ao assunto não foram significativos nestas demonstrações contábeis.

Alterações na NBC TG 15 (R4): Definição de negócios

As alterações da NBC TG 15 (R4) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações na NBC TG 26 (R5) e NBC TG 23 (R2): Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão na NBC TG: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado apresenta alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

t) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Emenda ao IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual

Esta emenda do IFRS 3 - Combinação de Negócios entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo como objetivo esclarecer algumas alterações referentes a estrutura conceitual, sem significativas mudanças. A Administração está avaliando possíveis impactos à Companhia.

IFRS 17 – Contratos de seguro

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato à NBC TG 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata à NBC TG 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Emenda ao IAS 16 – Imobilizado: Recursos antes do uso pretendido

Esta emenda ao IFRS 16 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e proíbe a dedução do custo de um item do Imobilizado de qualquer receita da venda de itens produzidos ao colocar o ativo no local e em condições necessárias para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, a Companhia deve reconhecer o produto da venda de tais itens e o custo de produção desses itens no resultado do exercício quando

incorridos. A Administração entende que não há impactos à Companhia.

Emenda ao IAS 37/ NBC TG 25 – Contratos Onerosos: Custo de cumprir um contrato

Esta emenda do IAS 37 / NBC TG 25 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais alterações visam especificar que o ‘custo de cumprimento’ de um contrato compreende os ‘custos que se relacionam diretamente com o contrato’. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos. A Administração já avalia periodicamente seus contratos e já reconhece possíveis provisões quando identificadas.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e bancos	54.436	48.674
Aplicações financeiras de curto prazo	599.685	540.412
Operações compromissadas	70.514	45.670
Certificados de depósitos bancários – CDB	487.488	377.348
Letras financeiras – LF	30.798	108.707
Aplicações automáticas	10.885	8.687
Total	654.121	589.086

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 104,6% (106,2% em 31/12/2020), Operações Compromissadas, com rentabilidade média 97,2% (90,5% em 31/12/2020), Letras Financeiras, com rentabilidade média 114,0% (110,5% em 31/12/2020). Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos da NBC TG 03 (R3), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021	2020
Administradoras de cartões de débito e crédito	508.492	511.516
Convênios e parcerias (a)	26.476	9.732
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	-	6.249
Comissões a receber	86	220

	2021	2020
Subtotal	535.054	527.717
(-) Ajuste a valor presente	(4.022)	(3.783)
(-) Perdas de créditos esperadas	(764)	(994)
Total	530.268	522.940

- a) Referem-se aos valores a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras realizadas mediante desconto em folha de pagamento.
- b) O Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM registra o saldo a receber pelas vendas de medicamentos vinculados a programas de benefícios, cujos descontos são subsidiados pelos respectivos laboratórios. A partir de 2021 os saldos a receber do Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM estão registrados no grupo de Acordos Comerciais.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 45 e 58 dias (2020: 33 e 40 dias) e descontados por uma taxa média de custo de capital.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para perdas de créditos esperadas e do ajuste a valor presente:

	2021	2020
A vencer entre 1 a 30 dias	273.115	275.103
A vencer entre 31 a 60 dias	121.388	138.184
A vencer entre 61 a 90 dias	76.693	63.959
A vencer acima de 90 dias	63.033	48.543
	534.229	525.789
Vencidos entre 1 a 30 dias	628	369
Vencidos entre 31 a 90 dias	53	176
Vencidos acima de 90 dias	144	1.383
	825	1.928
Total	535.054	527.717

a) *Movimentação das perdas de crédito esperadas:*

	2021	2020
Saldo inicial	(994)	(5.604)
Adições	(1.064)	(425)
Reversões	1.294	5.035
Saldo final	(764)	(994)

6. ESTOQUES

	2021	2020
Mercadorias para revenda	1.974.467	1.725.500
Materiais para uso e consumo	6.198	5.487
(-) Perdas esperadas nos estoques	(23.708)	(28.892)
	1.956.957	1.702.095

Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

	2021	2020
Saldo inicial	(28.892)	(27.792)
Adições	(10.843)	(17.634)
Reversões	16.027	16.534
Saldo final	(23.708)	(28.892)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
ICMS (a)	424.743	347.442
IRPJ/CSLL (b)	2.927	2.891
PIS e COFINS (c)	207.262	172.371
INSS (d)	9.475	33.028
IRRF	1.279	12.412
Outros	1.139	984
	<u>646.825</u>	<u>569.128</u>
Circulante	232.407	198.318
Não circulante	414.418	370.810

- (a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS e saldos referente aos créditos de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais presumidas foram superiores as margens efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente realizadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF. Os valores são compensados administrativamente após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado.
- (b) Pagamento a maior de IRPJ e saldo negativo de CSLL na apuração do lucro real de exercício anterior.
- (c) Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS destacado em nota fiscal, da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia está processo de execução da sentença para restituição dos valores recolhidos indevidamente no montante de R\$ 191.944, dos quais R\$ 42.711, referem-se à atualização monetária. Adicionalmente, a Companhia reconhece os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.
- (d) Saldo foi compensado integralmente durante o primeiro semestre do exercício de 2021. O montante de R\$ 9.475 refere-se a saldo remanescente de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, que afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre determinadas verbas trabalhistas.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal - STF ("STF") julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IR e da CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. Em 10 de agosto de 2021, a Companhia impetrou Mandado de Segurança Cível objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário, concentrados nos processos comentados nos itens (c) e (d) acima, cujo valor estimado e não registrado é de R\$ 16.200. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2021	2020
Prejuízo fiscal	113.789	113.789
Capitalização de juros	(5.909)	(5.796)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	(1.968)

	2021	2020
Valor justo dos passivos financeiros	-	15
Provisão para encerramento de lojas	2.204	2.581
Provisão para realização dos estoques	8.061	9.823
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543
Participação nos lucros	3.508	3.825
Arrendamento mercantil	38.922	26.800
Perdas esperadas com créditos	6.001	4.806
Provisões para contingências	7.672	9.262
Ajuste a valor presente	3.075	4.413
Outras provisões	20.152	18.462
Total	204.018	192.555

a) *Expectativa de realização*

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, até o limite de sua capacidade de compensação, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente.

As estimativas estão relacionadas a capacidade de a Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos serão recuperados de acordo com o seguinte cronograma.

	2021	2020
2021	-	6.943
2022	26.089	7.683
2023	16.384	16.384
2024	24.752	24.752
2025	38.949	38.949
2025 em diante	97.844	97.844
	204.018	192.555

b) *Expectativa de realização*

	2021	2020
Lucro antes do IR e CSLL [A]	173.329	68.598
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	58.932	23.323
Efeito das adições permanentes: [D]	861	1.318
Outras adições permanentes	861	1.318
Efeito das exclusões permanentes: [E]	148.096	150.605
Subvenção para investimento	117.204	108.270
Resultado da equivalência patrimonial	2.231	1.312
Constituição de prejuízo fiscal	26.124	-
Custos com IPO	1.447	41.023
Outras exclusões permanentes	1.090	-
Prejuízo fiscal corrente [A] + [D] – [E] = [F]	26.094	(80.689)
IR/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal não constituído [G]	-	-

	2021	2020
IR/CSLL no resultado [F]*34% + [G] = [H]	(8.872)	27.434
Alíquota efetiva [H]/[A]	-5,1%	40,0%
* IR/CSLL diferidos não constituídos em função da projeção de resultados futuros.		

A Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 (ITG 2) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, concluindo como não relevante seus efeitos até o momento.

9. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	2021			2020		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outras contas a receber							
Dupar Participações S.A.	Outros créditos	1	-	-	-	-	-
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (a)	Compra de produtos	-	511	-	-	842	-
ePharma PBM do Brasil S.A (b)	Prestação de serviços	915	-	-	1.048	-	(1.999)
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (c)	Frete de mercadorias	-	8.672	(105.039)	-	4.647	(110.283)
Arrendamentos							
Renda Participações S.A. (d)	Aluguel de imóveis	-	801	(9.174)	-	690	(8.232)
Dupar Participações S.A. (d)	Aluguel de imóveis	-	6.105	(70.645)	-	8.169	(64.255)
Prospar Participações S.A. (d)	Aluguel de imóveis	-	134	(1.452)	-	104	(1.190)
Total		916	16.223	(186.310)	1.048	14.452	(185.959)

- Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A., empresa sob controle comum, tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O contrato entre as partes estabelece a produção de produtos com a marca Pague Menos. A margem de venda obtida nestes produtos é superior àquelas obtidas junto a demais fornecedores devido ao menor nível de propaganda, bonificações, dentre outros.
- e-Pharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde, investida da Companhia - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. A Companhia possui influência significativa nesta investida, mas não possui controle. Desta forma, as práticas comerciais realizadas são comparáveis às praticadas por outros players de mercado.
- L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A., empresa sob controle comum, tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. Todos os contratos de transporte de mercadorias passam por processo de cotação e dá-se a escolha pela melhor proposta técnica (nível de serviço) e comercial. A Companhia possui vigente contrato de prestação de serviços de transporte de mercadorias com a L'auto, no valor total estimado de R\$ 200.000 e um prazo de 2 (dois) anos, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2020. Os preços dos serviços são estabelecidos em percentuais tarifários sobre o valor nota fiscal de transferência de mercadorias e variam de acordo com faixas estabelecidas por Estado da Federação.
- Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospar Participações S.A., empresas sob controle comum, atuam na Administração de imóveis próprios e de terceiros. A Companhia é locatária de 357 imóveis, onde opera parte de suas lojas. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas. Já para os imóveis ocupados pela Administração e centros de distribuição, os aluguéis são definidos em montantes fixos.

As transações com partes relacionadas foram realizadas, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação, não diferenciando das práticas normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou R\$ 21.304 no período findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 20.431 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego. Adicionalmente, desde 2020

a Companhia possui instituído programa de remuneração baseado em ações, conforme divulgado na Nota 19. Em 2021, foram pagos R\$ 4.753 e no exercício findo nessa data foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 6.146 a título desse programa.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações nas quais partes relacionadas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	2021	2020
Aval/fiança e devedor solidário (Nota 14)	337.383	727.295
Pessoas físicas (acionistas)	102.182	477.270
Dupar Participações S.A.	235.201	250.025
Imóveis (Nota 14)	52.183	52.183
Dupar Participações S.A.	52.183	52.183

10. INVESTIMENTOS

	2021	2020
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	10.001	8.202
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)
	<u>72.596</u>	<u>70.797</u>

a) *Movimentação do investimento*

	2021	2020
Saldo inicial 1º de janeiro	70.797	70.290
Distribuição de dividendos	-	(165)
Juros sobre capital próprio a receber	(432)	(640)
Resultado da equivalência patrimonial	2.231	1.312
Saldo final em 31 de dezembro	<u>72.596</u>	<u>70.797</u>

Informações da investida

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações e-Pharma PBM do Brasil S.A., pelo total de R\$90.000, cujo patrimônio líquido correspondia a R\$8.162, consequentemente, foi apurado um ágio baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detém 26,18% das ações da investida. A redução na participação é decorrente de plano de stock options para executivos da Investida.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2021 a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 17,5%

(2020: 11,46%) antes dos impostos. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 3,0% (2020: 3,3%), em modelo nominal.

Margem bruta

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação não identificou a necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado.

Um aumento na taxa de desconto antes dos tributos (WACC) de 10% levaria a taxa para 19,3%, resultando em valor recuperável de R\$ 249.896, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 281.542. Uma redução de 10% na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 2,7% resultaria no valor recuperável de R\$ 278.044. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 247.265, o que resultaria em perda adicional de R\$ 7.862.

11. IMOBILIZADO

Taxa a.a.	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Obras em andamento	-	39.620	- 39.620	9.051	-	9.051
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	854.942	(405.596) 449.346	743.462	(359.786)	383.676
Instalações	10%	106.492	(48.696) 57.796	93.844	(41.737)	52.107
Máquinas e equipamentos	10%	108.414	(65.925) 42.489	98.332	(58.459)	39.873
Móveis e utensílios	10%	120.681	(52.893) 67.788	97.916	(43.663)	54.253
Veículos	20%	350	(350) -	350	(350)	-
Equipamentos de informática	20%	65.797	(51.220) 14.577	59.068	(49.723)	9.345
Adiantamentos a fornecedores	-	133	- 133	127	-	127
Provisão para encerramento de lojas	-	(16.383)	10.245 (6.138)	(23.565)	16.422	(7.143)
Total		1.280.046	(614.435) 665.611	1.078.585	(537.296)	541.289

(i) A depreciação das benfeitorias é calculada de acordo o prazo de cada contrato de aluguel, que varia entre 5 a 25 anos, chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6% a.a.

a) *Movimentação no exercício de 2021*

	01/01/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2021
Obras em andamento	9.051	36.109	-	-	(5.540)	39.620
Benfeitorias em imóveis de terceiros	383.676	118.131	(4.609)	(50.767)	2.915	449.346
Instalações	52.107	13.887	(296)	(8.784)	882	57.796
Máquinas e equipamentos	39.873	11.332	(24)	(8.752)	60	42.489
Móveis e utensílios	54.253	22.923	(50)	(10.107)	769	67.788
Equipamentos de informática	9.345	9.492	(2)	(4.326)	68	14.577
Adiantamentos a fornecedores	127	-	6	-	-	133
Provisão para encerramento de lojas	(7.143)	1.005	-	-	-	(6.138)
Total	541.289	212.879	(4.975)	(82.736)	(846)	665.611

As transferências, no valor de R\$ 846, referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

b) *Movimentação no exercício de 2020*

	01/01/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2020
Obras em andamento	4.290	8.436	(199)	-	(3.476)	9.051
Benfeitorias em imóveis de terceiros	417.600	12.670	(4.205)	(45.333)	2.944	383.676
Instalações	55.024	6.306	(924)	(8.301)	2	52.107
Máquinas e equipamentos	46.261	2.101	(2)	(8.671)	184	39.873
Móveis e utensílios	60.970	2.475	(23)	(9.332)	163	54.253
Veículos	9	-	-	(9)	-	-
Equipamentos de informática	10.524	3.208	(1)	(4.386)	-	9.345
Adiantamentos a fornecedores	-	127	-	-	-	127
Provisão para encerramento de lojas	(12.524)	(11.224)	16.605	-	-	(7.143)
Total	582.154	24.099	11.251	(76.032)	(183)	541.289

As transferências, no valor de R\$ 183, referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma de provisão para encerramento de lojas, no montante de R\$6.138 em 31 de dezembro de 2021 (R\$7.143 em 2020). A análise de recuperabilidade considera o resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação dos investimentos estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de lojas.

Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia reconheceu o valor de R\$ 2.141 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 142 em 2020) referente a custos de empréstimos para aquisição de ativos qualificáveis, inicialmente reconhecidos no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

Taxa a.a.	2021			2020		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas	(i)	4.289	-	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii)	19.805	(16.751)	3.054	(14.880)	5.025
Softwares	20%	94.720	(47.052)	47.668	(39.145)	20.743
Websites	10%	111	(61)	50	(55)	23
Intangível em andamento	-	3.494	-	3.494	-	8.232
Provisão para encerramento de lojas	-	(983)	638	(345)	(1.427)	980
Total		121.436	(63.226)	58.210	(53.100)	37.865

- (i) Saldo referente ao custo de aquisição da marca “Pague Menos” no Estado da Paraíba. Por ser considerado como um ativo intangível sem vida útil definida a Companhia avalia a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização. Considerando o conceito de materialidade da Administração, cálculos prévios indicaram que o valor recuperável deste ativo é significativamente maior do que seu valor contábil e não ocorreram eventos que eliminaram essa diferença, desta forma a Companhia não estimou novamente o valor recuperável do referido ativo e as premissas antes utilizadas continuam válidas.
- (ii) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

a) *Movimentação no exercício de 2021*

	01/01/2021	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2021
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	5.025	80	(28)	(2.023)	-	3.054
Softwares	20.743	26.022	(77)	(8.060)	9.040	47.668
Websites	23	19	(24)	(6)	38	50
Intangível em andamento	8.232	3.494	-	-	(8.232)	3.494
Provisão para encerramento de lojas	(447)	102	-	-	-	(345)
Total	37.865	29.717	(129)	(10.089)	846	58.210

Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

b) *Movimentação no exercício de 2020*

	01/01/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2020
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	7.562	-	(194)	(2.479)	136	5.025
Softwares	23.685	6.485	(535)	(8.939)	47	20.743
Websites	65	7	(42)	(7)	-	23
Intangível em andamento	-	8.232	-	-	-	8.232
Provisão para encerramento de lojas	(454)	(282)	289	-	-	(447)
Total	35.147	14.442	(482)	(11.425)	183	37.865

Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

13. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores	1.226.435	1.186.970
Operações de risco sacado (a)	104.064	76.278
Subtotal	1.330.499	1.263.248
Ajuste a valor presente (i)	(24.007)	(18.758)
Total	1.306.492	1.244.490

(a) As operações de risco sacado da Companhia não modificam de forma relevante as condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. Essas operações possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira. A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes e tampouco afeta a alavancagem da Companhia.

(i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de

pagamento entre 70 e 78 dias e taxa média de captação de recursos (2020: 59 a 78 dias). A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias vendidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) *Por vencimento*

	2021	2020
Entre 1 a 30 dias	484.531	452.140
Entre 31 a 60 dias	413.761	329.343
Entre 61 a 90 dias	158.248	170.360
Mais de 91 dias	273.959	311.405
Total	1.330.499	1.263.248

b) *Concentração do saldo*

	2021	2020
Maior fornecedor	12%	13%
do 2º ao 25º	50%	51%
do 26º ao 50º	15%	14%
Demais fornecedores	23%	22%
Total	100%	100%

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Banco	Tipo	Taxa média de juros	2021	2020
Empréstimos				
Banco do Brasil	Capital de giro	118% do CDI.	71.544	87.216
Safra	Capital de giro swap US\$ x CDI	CDI + 1,55% a.a.	-	20.666
Santander	FRN	CDI + 5,30% a.a.	-	105.385
Santander	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	162.595	-
Santander	Capital de giro	CDI + 1,80% a.a.	-	63.287
Itaú	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	101.893	100.420
Banco do Brasil	Capital de giro	115% do CDI.	63.643	77.770
Banco da Amazônia	Capital de giro	CDI + 3,04% a.a.	-	14.564
			399.675	469.308
Financiamentos				
Banco do Brasil	FCO	3,50% a.a.	16.925	21.389
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	100% da TFC	32.949	54.871
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	3,5 a.a.	24.264	36.376
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP IPCA + 2,18%	10.562	12.095
			84.700	124.731
Debêntures				
4ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,95%	200.765	199.962
5ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,51%	51.692	84.475
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,75%	99.065	-
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 2,20%	353.714	-
			705.236	284.437
Total bruto de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.189.611	878.476
Circulante			435.702	241.629
Não circulante			753.909	636.847

Banco	Tipo	Taxa média de juros	2021	2020
Instrumentos derivativos Safra swap x US\$ (i)			-	(5.788)
Total líquido de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.189.611	872.688

- i. A Companhia realizava captações em moeda estrangeira na modalidade “4131”, que são isentas de IOF, as quais foram quitadas até 30 de junho de 2021. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou *swaps* com mesmos prazos, taxas e valores. A Companhia mensurava esses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 25.

a) *Movimentação do saldo bruto de empréstimos, financiamentos e debêntures*

	2021	2020
Saldos iniciais	878.476	938.988
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	610.000	324.000
Juros incorridos	56.373	45.229
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(300.801)	(454.432)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(50.763)	(38.047)
Variações cambiais	908	60.220
Alteração no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	(51)	2.555
Apropriação ao resultado de custos de empréstimos	(4.531)	(37)
Saldos finais	1.189.611	878.476

b) *Características das debêntures*

Realizada em 11 de fevereiro de 2019, a 4ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 200.000, com vencimento em 11 de fevereiro de 2024, remuneradas pela variação do CDI + 1,95% a.a., em 21 de julho de 2019, a 5ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 21 de janeiro de 2023 e remuneradas pela variação do CDI + 1,51% a.a. e em 05 de novembro de 2021, a 6ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 450.000, com vencimento em 05 de novembro de 2026 para as debêntures da primeira série, remunerada pela variação do CDI +1,75% a.a., e com vencimento em 05 de novembro de 2028, remunerada pela variação do CDI + 2,20% a.a., para as debêntures da segunda série.

As emissões são não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476. As debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

c) *Cronograma de desembolso*

	31/12/2021	31/12/2020
01/01/2022 – 31/12/2022	-	365.450
01/01/2023 – 31/12/2023	189.542	166.770
01/01/2024 – 31/12/2024	130.340	96.835
Acima de 31/12/2024	434.027	7.792
Total	753.909	636.847

d) *Composição por moeda*

	2021	2020
Em Reais - R\$	1.189.611	857.810
Em Dólares norte-americano - US\$	-	20.666
Total	1.189.611	878.476

e) *Garantias*

	2021	2020
Aval/fiança (Partes relacionadas – Nota 9)	337.383	727.295
Alienação fiduciária de direitos creditórios	117.707	142.115
Fianças bancárias	40.831	78.620
Imóveis (Partes relacionadas – Nota 9)	52.183	52.183
	548.104	1.000.213

f) *Cláusulas restritivas (covenants)*

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2021, os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente. A Companhia também está adimplente com demais *covenants* não financeiros.

15. ARRENDAMENTOS

a) *Composição do ativo de direito de uso*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.263.421	53.735	27.754	1.344.910
Adições	152.443	20.353	1.446	174.242
Remensuração	306.383	-	-	306.383
Baixas	(24.009)	(8)	(44)	(24.061)
Depreciação	(156.609)	(19.259)	(9.961)	(185.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.541.629	54.821	19.195	1.615.645

b) *Passivo de arrendamento*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.337.653	57.360	28.721	1.423.734
Adições	152.443	20.353	1.446	174.242
Remensuração	306.383	-	-	306.383
Baixas	(27.514)	(9)	(47)	(27.570)
Juros incorridos	114.224	4.325	1.689	120.238
Pagamentos	(232.395)	(23.163)	(11.348)	(266.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.650.794	58.866	20.461	1.730.121
Circulante	187.332	23.684	11.131	222.147
Não circulante	1.463.462	35.182	9.330	1.507.974

c) *Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento*

	2021	2020
01/01/2022 – 31/12/2022	-	167.036
01/01/2023 – 31/12/2023	208.765	152.098
01/01/2024 – 31/12/2024	172.589	121.299
01/01/2025 – 31/12/2025	156.214	108.504
Acima de 01/01/2026	970.406	702.517
Total	1.507.974	1.251.454

d) *Crédito de PIS E COFINS potencial*

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel registrados em conformidade com a NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Estão apresentados abaixo o potencial desses créditos tributários. Parte dos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	2021	2020
Contraprestação do arrendamento	2.300.082	2.246.562
PIS e COFINS potencial (9,25%)	138.635	113.379

e) *“Misleading” provocado pela plena aplicação do NBC TG 06 (R3)*

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	2021	2020	2021	2020
Imóveis	1.650.794	1.337.653	1.944.306	1.669.707
Equipamentos de informática	58.866	57.360	64.788	61.004
Máquinas e equipamentos	20.461	28.721	22.519	30.411
Total	1.730.121	1.423.734	2.031.613	1.761.122

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

16. TRIBUTOS A RECOLHER

	2021	2020
PERT	8.513	8.970
ICMS	60.442	67.174
IRPJ/CSLL	8.761	6.834
ISS	12.149	3.531
INSS/FGTS	11.038	27.917
Outros	369	187
Total	101.272	114.613
Circulante	94.095	106.399
Não circulante	7.177	8.214

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2021	2020
Administrativas	517	868
Cíveis	3.207	2.819
Trabalhistas	18.596	23.215
Tributárias	245	339
Total	22.565	27.241

As provisões para contingências cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As contingências trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

a) Movimentação dos processos no período

	01/01/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2021
Administrativas	868	453	(434)	(370)	517
Cíveis	2.819	708	(243)	(77)	3.207
Trabalhistas	23.215	5.063	(3.378)	(6.304)	18.596
Tributárias	339	238	(195)	(137)	245
Total	27.241	6.462	(4.250)	(6.888)	22.565
	01/01/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2020
Administrativas	712	825	(86)	(583)	868
Cíveis	4.929	1.152	(3.077)	(185)	2.819
Trabalhistas	15.115	9.736	(998)	(638)	23.215
Tributárias	492	96	(232)	(17)	339
Total	21.248	11.809	(4.393)	(1.423)	27.241

b) *Passivos contingentes – Risco de perda possível*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 377.294 (R\$ 298.676 em 2020), para as quais não foram constituídas provisões.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Administrativas	638	8.602
Cíveis	2.410	5.043
Trabalhistas	42.564	6.207
Tributárias	331.682	278.824
Total	377.294	298.676

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia e seus assessores jurídicos, destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação, das quais descrevemos as principais:

i) *Ação anulatório de débitos de ICMS*

Ação anulatória objetivando o cancelamento do auto de infração no valor de R\$ 139.834 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 84.040 em 2020), que foi lavrado para exigência de valores a título de ICMS decorrente da escrituração de créditos em valores superiores aos destacados nas notas fiscais de entrada de produtos destinados à comercialização, o que, segundo a fiscalização, teria (na opinião do fisco) ocasionado omissão de pagamento de ICMS no período compreendido entre março de 2014 a dezembro de 2018.

ii) *Créditos de PIS e COFINS sobre insumos*

Auto de infração lavrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 122.575, exigindo valores a título de PIS e COFINS decorrentes de créditos fiscais registrados no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativas à despesas com bens e serviços utilizados como insumos (exemplos: serviços de limpeza, taxas de administração de cartões, fretes, entre outros), nos quais a Receita Federal, com base na interpretação restritiva do art. 3º, inc. II, das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e em razão do fato de que a Companhia tem por atividade fim o comércio varejista, não entende como possível.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é improcedente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) *Capital social*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.241.689, do qual é deduzido o valor de R\$ 42.470 (R\$ 41.023 em 2020) referente aos custos com emissão de ações advindos do IPO realizado em setembro de 2020, totalizando o montante de R\$ 1.199.219 (R\$ 1.200.666 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esse valor do capital social da Companhia está representado por 443.781.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, ocorrida em 2020, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 150.000.000 (cento e dez milhões) novas ações ordinárias.

b) Reservas de capital

	2021	2020
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.390)	(11.390)
Plano de ações restritas (iii)	14.146	7.842
Ações em tesouraria	(20.040)	-
Reserva de incorporação	330	330
Total	369.696	383.432

- Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
- Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.390 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A. em 2015.
- Conforme divulgado na Nota 19, em 2020, foi aprovada a criação de um Plano de Ações Restritas. Vide Nota 19 para detalhes do Plano e outorgas concedidas.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social, após a destinação da reserva de incentivos fiscais.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota 21 – Subvenções governamentais.

d) Destinação dos lucros

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, após a destinação da reserva de incentivos fiscais, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no artigo 35 do Estatuto Social e no artigo 202 da Lei das S.A.;

- Uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e
- o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais e o disposto no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2021, a destinação do lucro líquido do exercício foi:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.457	96.033
Destinação para reserva de incentivo fiscal (reservas de lucros)	(164.457)	(96.033)

Conforme Nota 21, os valores recebidos por subvenções governamentais devem ser integralmente destinados para reserva de incentivo fiscal. Caso o lucro disponível após a constituição da reserva legal não seja suficiente para destinação integral da subvenção recebida no ano, a Companhia deverá recompor a reserva com lucros de períodos posteriores.

e) Ações em tesouraria

Em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura de um Programa de Recompra de até 1.100.000 ações ordinárias, no prazo de 3 meses, tendo como termo final o dia 9 de março de 2021. No âmbito do Programa, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de encerramento, o montante de 1.040.000 (um milhão e quarenta mil) ações ordinárias, no valor total de R\$ 10.424, ao custo médio de R\$ 10,02, das quais 786.170 (setecentos e oitenta e seis mil, cento e setenta) ações permanecem em tesouraria ao custo médio de R\$ 9,85 totalizando o montante de R\$ 7.743.

Em 1 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um novo Programa de Recompra de até 2.000.000 ações, no prazo de 3 meses, tendo como termo final o dia 1 de março de 2022. No âmbito deste programa, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de 31 de dezembro de 2021, o montante de 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) ações ordinárias, no valor total de R\$ 12.296.

19. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Plano de ações restritas

O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020, que tem como objetivo permitir a outorga de ações restritas aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas; (ii) conceder aos participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. Durante a vigência do Plano de Ações Restritas, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de até 1,5% do capital social da Companhia. O saldo do Plano de Ações Restritas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.146 (R\$ 7.842 em 31 de dezembro de 2020).

Cabe ao Conselho de Administração selecionar os diretores, conselheiros independentes do Conselho de Administração, gerentes e empregados de alto nível da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e sujeitas às restrições previstas no Plano de Ações Restritas, programa e/ou no respectivo contrato de outorga.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Resultado por ação do período atribuível aos acionistas	164.457	96.033
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	443.781	375.697
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,371	0,256

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam ações restritas com potencial diluidor.

21. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, e Bahia, que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências.

A Companhia reconheceu em seu resultado do exercício de 2021, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$ 117.204 (R\$ 108.270 em 31 de dezembro de 2020). Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$ 488.580 (R\$ 324.123 em 2020).

22. RECEITA LÍQUIDA

	2021	2020
Venda de mercadorias	7.871.897	7.257.302
Serviços prestados	190.976	51.146
Receita bruta	8.062.873	7.308.448
Impostos sobre vendas	(439.355)	(375.589)
Devoluções e abatimentos	(53.482)	(44.317)
Ajuste a valor presente	(41.326)	(30.050)
Deduções das vendas	(534.163)	(449.956)
Receita líquida	7.528.710	6.858.492

23. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(5.108.147)	(4.737.825)
Despesas com vendas	(1.777.245)	(1.583.398)
Despesas administrativas e gerais	(271.820)	(219.605)
Total de custos e despesas	(7.157.212)	(6.540.828)

b) Classificados por natureza:

	2021	2020
Custo de aquisição de mercadorias	(5.108.147)	(4.737.825)
Despesas com pessoal	(1.093.008)	(1.012.812)
Despesas com aluguéis	(33.617)	(26.497)
Despesas gerais	(643.786)	(513.104)
Depreciação e amortização	(278.654)	(250.590)
Total de custos e despesas	(7.157.212)	(6.540.828)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	14.383	3.281
Alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	8.403	135.175
Alterações no valor justo de passivos financeiros	51	1.461
Ajuste a valor presente	41.087	29.058
Variação cambial	4.725	29.381
Atualização Monetária Ativa	9.051	6.325
Outras receitas financeiras	1.861	295
Total de receita financeira	79.561	204.976
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(53.678)	(44.806)
Juros de arrendamento	(120.238)	(115.138)
Alterações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(7.422)	(77.761)
Alterações no valor justo de passivos financeiros	-	(3.769)
Ajuste a valor presente	(83.859)	(93.762)
Variação cambial	(5.638)	(89.608)
Outras despesas financeiras	(9.386)	(33.315)
Total de despesa financeira	(280.221)	(458.159)
Resultado financeiro	(200.660)	(253.183)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados a seguir:

Descrição	2021		2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	654.121	654.121	589.086	589.086
Aplicações financeiras	8.639	8.639	40.397	40.397
Contas a receber de clientes	530.268	530.268	522.940	522.940
Fornecedores	(1.306.492)	(1.306.492)	(1.244.490)	(1.244.490)
Financiamentos e empréstimos	(484.375)	(490.298)	(510.086)	(615.775)
Debêntures	(705.236)	(717.891)	(284.437)	(296.730)

Descrição	2021		2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos de arrendamento	(1.730.121)	(1.730.121)	(1.423.734)	(1.665.378)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Financiamentos e empréstimos	-	-	(20.666)	(20.666)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>Swaps</i> de moeda estrangeira)	-	-	5.788	5.788

b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos de financeiros derivativos.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui saldos mantidos com instituições financeiras, referentes a depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 662.760 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 606.902 em 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito. O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer		
1 a 30 dias	259.468	268.275
31 a 60 dias	109.297	130.738
61 a 90 dias	76.693	63.959
Acima de 90 dias	63.034	48.544
Total	508.492	511.516

Não há saldos vencidos mantidos com administradoras de cartões de crédito.

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia

na Administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	654.121	654.121	654.121	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	530.268	530.268	530.268	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.306.492)	(1.306.492)	(1.306.492)	-	-	-
Arrendamento mercantil (Nota 15)	(1.730.121)	(1.730.121)	(222.147)	(208.765)	(328.803)	(970.406)
Financiamentos e empréstimos, líquido de operações com derivativos (Nota 14)	(484.375)	(484.375)	(314.703)	(93.426)	(76.246)	-
Debêntures (Nota 14)	(705.236)	(705.236)	(120.999)	(96.116)	(138.707)	(349.414)
Em 31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	589.086	589.086	616.527	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	522.940	522.940	522.940	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.244.490)	(1.244.490)	(1.244.490)	-	-	-
Arrendamentos	(1.423.734)	(1.423.734)	(172.280)	(167.037)	(381.900)	(702.517)
Financiamentos e empréstimos, líquido de operações com derivativos (Nota 14)	(588.251)	(588.251)	(201.331)	(252.185)	(134.386)	(349)
Debêntures (Nota 14)	(284.437)	(284.437)	(34.510)	(113.265)	(136.662)	-

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 9,15% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2021, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2026) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade adicional

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos empréstimos e financiamentos e debêntures, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do indexador CDI em cada cenário.

31 de dezembro de 2021

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	484.375	6.638	8.058	9.479
Debêntures	Alta do CDI	705.236	10.532	12.756	14.979
Aplicações financeiras	Queda do CDI	599.685	(6.162)	(7.702)	(9.243)
Exposição líquida (despesa financeira)			11.008	13.112	15.215

31 de dezembro de 2020

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	469.308	1.709	6.336	9.031
Debêntures	Alta do CDI	284.437	934	3.328	4.744
Aplicações financeiras	Queda do CDI	433.835	(10)	(15)	(22)
Exposição líquida (despesa financeira)			2.633	9.649	13.753

Risco cambial

A Companhia possui a política de contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nominal de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. A Companhia liquidou tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos até 31 de dezembro de 2021, zerando, portanto, o saldo dos instrumentos financeiros derivativos (R\$ 5.788 em 2020).

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando os três cenários abaixo.

31 de dezembro de 2020

Transação	Risco (Moeda)	Exposição	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do US\$	3.967	-	5.166	10.333
Instrumentos derivativos	Alta do US\$	(3.967)	-	(5.271)	(10.541)
Exposição líquida (resultado financeiro)		-	-	(104)	(208)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.189.611	878.476
Operações com derivativos	-	(5.788)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de instrumentos financeiros derivativos	1.189.611	872.688
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(654.121)	(589.086)
(-) Aplicações financeiras	(8.639)	(40.397)
Dívida líquida	526.851	243.205
Patrimônio líquido	2.090.197	1.940.923
Índice de alavancagem	0,25	0,13

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	14.146
Descrição	31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	7.842
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	20.666	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	5.788	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Descrição	31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	20.666	20.666	1.461	(3.769)

26. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede da Companhia:

Modalidade	2021	2020
Limite Máximo de Garantia Contratada	405.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	15.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	46.400	46.400
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	15.000	15.000
